

II Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades

4 a 6 de agosto de 2014

Universidade Federal do Espírito Santo

GT 02- Africanidades e Brasilidades em Educação

Estudo de africanidades na aula de espanhol: caminhos à uma educação étnico-racial mais justa

Édina Aparecida da Silva¹

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo promover uma reflexão sobre o espaço da aula de Espanhol - Língua Estrangeira como ambiente propício para a aplicação da Lei Federal 10.639 de 9 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2005), a qual inclui o Ensino de história e cultura africana nos currículos escolares. Visto que, as Diretrizes Curriculares Estaduais propõem a aula de língua estrangeira como um local de reconhecimento e compreensão pelo aluno da diversidade linguística e cultural, que resulte na percepção de possibilidades de construção de significados em relação ao mundo em que vive. Pensando em uma educação mais justa e igualitária, que desconstrói ideais de racismo e preconceito, primeiramente se faz necessário entender alguns conceitos como raça e racismo (GUIMARÃES, 1999, 2002; MUNANGA, 1998, 1999), identidades sociais (MOITA LOPES, 2012), e estudos de africanidades brasileiras em sala de aula de língua estrangeira (SILVA, 2003, 2005). A partir desse percurso de reflexão, propõem-se um olhar especial para um livro didático que apresenta inovações na abordagem das africanidades e dos gêneros textuais na aula de Espanhol Língua Estrangeira, que podem auxiliar o trabalho docente. O livro didático foi desenvolvido por um grupo de pesquisadores de um programa PIBID da UEPG e tem obtido resultados satisfatórios em diversas escolas do setor público.

Palavras-chave: Lei 10639/2003; africanidades; Espanhol LE; antirracismo;

Resúmen

¹ Mestranda do programa de pós-graduação em Linguagem Identidade e Subjetividade da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora colaboradora na Universidade Estadual do Centro-Oeste- Unicentro na área de Língua Espanhola. E-mail: prof.edinasilva@hotmail.com

La presente pesquisa objetiva reflejar acerca del espacio de la clase de Español Lengua Extranjera como sitio favorable a la aplicación de la Ley Federal 10639/2003 de 9 de enero de 2003 (BRASIL, 2005), que inserta la Enseñanza de historia y cultura africana en los currículos escolares. En vista de que las Directrices Curriculares Estaduales proponen la clase de lengua extranjera como lugar de reconocimiento y comprensión por el alumno de la diversidad lingüística y cultural, que resulte en la percepción de posibilidades de construcción de significados relacionados al mundo que vive. Pensando en una educación más justa y igualitaria, que deshace ideales de racismo y prejuicio, primero es necesario entender algunos conceptos como raza y racismo (GUIMARÃES, 1999, 2002; MUNANGA, 1998, 1999), identidades sociales (MOITA LOPES, 2012), y estudios de africanidades brasileñas en clase de lengua extranjera (SILVA, 2003, 2005). Desde ahí, se propone un enfoque especial hacia un libro didáctico que presenta innovaciones al abordar africanidades y géneros textuales en clase de Español Lengua Extranjera, que pueden auxiliar el trabajo docente. El libro fue desarrollado por un grupo de investigadores de un programa PIBID de UEPG y ha alcanzado resultados satisfactorios en diferentes escuelas públicas.

Palabras-clave: Ley 10639/2003; africanidades; Español LE; antirracismo;

Introdução

Conforme os dados que constam no IBGE, censo 2010, 50,7 % da população brasileira é composta por negros, somos a segunda maior população negra do mundo, depois somente da Nigéria, de acordo com Van Dijk (2008). Logo essas estatísticas não são suficientes para sequer diminuir, muito menos eliminar os ideais de desigualdades raciais presentes em nosso país, como denotam as Diretrizes Curriculares para o Ensino de História e Cultura Africana. Visto que proponho nesse artigo um olhar especial para africanidades e cultura africana na aula de espanhol Língua Estrangeira, é importante destacar que a língua estrangeira tem a responsabilidade social de considerar temas que desenvolvam a igualdade racial e étnica (FERREIRA, 2010). Logo, almeja-se que através da escola, que é o "primeiro espaço ao qual a criança adentra com a possibilidade de se expor a outras construções sociais sobre quem é ou pode ser" (MOITA LOPES, 2012, p. 9), seja possível construir uma sociedade mais justa e igualitária (FERREIRA, 2006).

O artigo que segue é bibliográfico de cunho qualitativo, que conforme Roth

& Hendges (2010), nos permitem múltiplas construções da realidade. Logo, objetiva promover uma reflexão sobre as possibilidades de trabalho com a desconstrução de ideais racistas na aula de espanhol, que se justifica com a lei 10.639/2003 a qual inclui o Ensino de história e cultura africana nos currículos escolares. Nesse viés, acredita-se que é pertinente levantar brevemente algumas orientações e leis presentes em documentos oficiais da educação que amparam e complementam-na, no que se refere pluralidade cultural raça e etnia, e suas possíveis aplicações na aula de espanhol língua estrangeira. Pois é necessário que se construa um ensino mais atento à realidade e que a aula de língua estrangeira

[...] constitua um espaço para que o aluno reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, de modo que se envolva discursivamente e perceba possibilidades de construção de significados em relação ao mundo em que vive. Espera-se que o aluno compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social. (BRASIL, 2008, p.55)

Nessa perspectiva, é fundamental esclarecer alguns conceitos como o de raça, e racismo para que se compreenda a base e origem das concepções racistas, às quais esse trabalho propõe uma reflexão apoiando-se em Guimarães (1999, 2002), Munanga (1998, 1999, 2004) e aponta caminhos possíveis para a desconstrução das mesmas no espaço da aula de língua estrangeira. Para tanto, será apresentado um livro didático voltado para o ensino de espanhol, construído a partir de um projeto PIBID², que está inovando na abordagem das africanidades e contribuindo para uma educação anti-racista.

Leis que fomentam uma educação antirracista

As discussões trazidas no presente artigo são importantes no tocante ao incentivo aos professores para o trabalho com as questões étnico-raciais na aula de espanhol Língua Estrangeira especificamente, bem como a reconstrução e

² Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, promovido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

reflexão crítica de suas práticas pedagógicas a partir de justificativas concretas, como as leis mencionadas. Acredita-se que para trabalhar com temas de tamanha complexidade é necessário que haja um preparo docente visto que as experiências dos professores no decorrer de suas vidas "podem tanto colaborar para a compreensão das questões sobre raça/etnia em sala de aula quanto podem reforçar experiências de preconceito..." (FERREIRA, 2010).

Primeiramente é fundamental fazer um levantamento de alguns aspectos que norteiam o trabalho acerca de raça e etnia no currículo escolar, e que estão presentes em documentos oficiais da educação. Pautando-se na corrente sociológica do Círculo de Bakhtin, na qual a língua é concebida como discurso, pode-se iniciar pelos Parâmetros Curriculares (PCNs) de Língua Estrangeira, os quais consideram que

As marcas que definem as identidades sociais (como pobres, ricos, mulheres, homens, negros, brancos, homossexuais, heterossexuais, idosos, jovens, portadores de necessidades especiais, falantes de variedades estigmatizadas ou não, falantes de línguas de prestígio social ou não etc.) são intrínsecas na determinação de como as pessoas podem agir no discurso ou como os outros podem agir em relação a elas nas várias interações orais e escritas das quais participam. (BRASIL, 1998, p. 27).

Logo, pode-se citar a lei 10.639/2003 a qual "instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira." (BRASIL, 2005, p.8). Em seguida a lei 11.645/2008 aponta que "Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena." (BRASIL, 2008). Nesse sentido as Diretrizes Curriculares Estaduais de Língua Estrangeira também contribuem quando apresentam como um de seus fundamentos teórico-metodológico "o respeito à diversidade (cultural, identitária, linguística), pautado no ensino de línguas que não priorize a manutenção da hegemonia cultural." (PARANÁ, 2008, p.52)

Objetivando uma sensibilização ao tema das diversidades étnico raciais na

aula de espanhol como Língua Estrangeira, pode-se partir do trabalho com as africanidades brasileiras, que:

caracterizam-se pela inter-relação entre diferentes áreas de conhecimentos, que toma como perspectiva a cultura e a história dos povos africanos e de descendentes seus nas Américas, bem como em outros continentes. (SILVA, 2005 , p. 161).

Mas de forma que se possa desenvolver uma educação anti-racista, que “explicitamente nomeia assuntos de raça e justiça social, igualdade racial/étnica, assuntos relacionados a poder, exclusão e não somente atentos aos aspectos culturais.” (FERREIRA, 2006, p. 53).

A importância de refletir sobre essas teorias acerca de raça e etnia e suas possibilidades de aplicabilidade na prática escolar, é fundamental tanto para a construção da identidade social dos professores quanto dos alunos, visto que

a construção da identidade social é vista como estando sempre em processo, pois é dependente da realização discursiva em circunstâncias particulares: os significados que os participantes dão a si mesmos e aos outros engajados no discurso. (MOITA LOPES, 2002, p. 34).

Desse modo, faz-se essencial trazer à tona essas discussões visto que, pesquisas recentes (FERREIRA, 2012) apontam as dificuldades de professores em formação e em exercício em abordarem nas aulas assuntos com a temática da pluralidade cultural, e especificamente sobre raça e etnia, mesmo sendo assunto abordado nos documentos oficiais.

Raça e racismo

Ao propor uma educação antirracista é fundamental refletir sobre o que é o racismo para então combatê-lo. Para compreender esse conceito faz-se necessário entendermos as origens do termo raça, que segundo Munanga (2004), veio do latim *ratio* que significa sorte, categoria ou espécie. Conforme o autor, “raça tem seu campo semântico espacial e temporal. No latim passou a designar a descendência, a linhagem. Grupo de pessoas que têm ancestral e características físicas em comum.” (MUNANGA, 2004, p. 17).

O grande problema da classificação da humanidade em raças consiste na hierarquização que se fez nesse sistema, pois os conceitos e classificações são importantes para operacionalizar o pensamento humano. É nessa perspectiva que a ideia de raças teria servido, no entanto, esses conceitos caminharam para um sistema de hierarquização que fortaleceu o racismo, (Munanga, 2004). Pois

Se os naturalistas do século XVIII-XIX tivessem limitado seus trabalhos somente à classificação dos grupos humanos em função das características físicas, eles não teriam certamente causado nenhum problema à humanidade. Suas classificações teriam sido mantidas ou rejeitadas como sempre aconteceu na história do conhecimento científico. Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. E o fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim os indivíduos da raça “branca” foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), as formas dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que, segundo pensavam, os tornavam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos etc. e, conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra, a mais escura de todas, considerada, por isso, como a mais estúpida, a mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto, a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. (MUNANGA, 2004, p. 21-22)

Nesse sentido é relevante abrangermos o conceito de *raça* a partir da sociologia, para tanto, Guimarães (2002) tem um posicionamento que esclarece como podemos perceber a validade desse termo hoje:

Primeiro, não há raças biológicas, ou seja, na espécie humana nada que possa ser classificado a partir de critérios científicos e corresponda ao que comumente chamamos de raça tem existência real; segundo, o que chamamos de “raça” tem existência nominal, efetiva e eficaz apenas no mundo social e, portanto, somente no mundo social pode ter realidade plena” (GUIMARÃES, 2002, p. 50).

Tal classificação da humanidade em raças hierarquizadas resultou no desenvolvimento da teoria pseudocientífica denominada *raciologia*. Essa de cunho mais doutrinário que científico, já que “seu discurso serviu mais para justificar e legitimar sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana.” (MUNANGA, 2004, p.22), segundo o mesmo autor, se desenvolveu ao longo do século XX, passou das esferas intelectuais atingindo a sociedade em geral, com foco nas populações ocidentais dominantes. Essa teoria foi retomada nas frentes nacionalistas, como o nazismo, justificando as barbáries contra a humanidade na Segunda Guerra Mundial.

A partir dessa reflexão sobre *raça* é possível e necessário discorrer sobre o conceito de racismo, o qual precisa ser entendido por uma perspectiva de embasamento científico, ou corre-se o risco de compreendê-lo apenas sob os discursos de senso comum, que resultaria em falta de consenso na tentativa de solucioná-lo. Para tanto,

[...] o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça, em sua concepção, é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores aos do grupo ao qual ele pertence. (MUNANGA, 2004, p. 24).

Denota-se que o racismo consiste nesse posicionamento diante da perspectiva de raça, o qual insiste em considerar que as características psicológicas de determinados grupos de indivíduos são resultantes de suas características físicas e biológicas.

Uma proposta de ensino anti-racista: possibilidades em livro didático

Com intuito de contribuir com uma educação que visa eliminar ideais de

racismo e preconceito no espaço da aula de espanhol língua estrangeira, um grupo de bolsistas do curso de Letras Português/Espanhol e professoras do PIBID da Universidade Estadual de Ponta Grossa, intitulado ¡Arriba Pibid!³ desenvolveu um livro didático inovador. O projeto foi coordenado por duas professoras da universidade e supervisionado por duas professoras de escolas públicas da cidade de Ponta Grossa- PR. Um semestre anterior ao da elaboração das unidades didáticas que compõe o livro, o grupo passou por uma formação teórica. Esse fato teve fundamental importância no processo, pois possibilitou leituras e reflexões críticas sobre leis e documentos oficiais no que se refere à educação étnico-racial e diversidade cultural, além dos estudos de temas como as africanidades brasileiras. Desse modo foi possível que os pesquisadores/autores compreendessem o contexto racial do próprio país, para então elaborarem atividades no livro que resgatem africanidades nos países que falam espanhol. Assim como se aprofundaram em estudos das teorias de concepções dos gêneros textuais, apoiados em fundamentações como Marcuschi (2008) e Bakhtin (2003).

O livro didático “Yo hablo, leo y escribo en lengua española” está organizado em sete unidades didáticas, que abordam os aspectos da língua sempre a partir de gêneros textuais, podemos encontrar gêneros como sinopse, letra de música, história em quadrinho, fórum de discussão de internet, classificados, notícia, mapa, entre outros. Todas as unidades didáticas foram desenvolvidas de forma que fomentam a reflexão sobre a presença da cultura africana nos países hispano falantes, caracterizando-se como elemento diferencial e primordial para um ensino que visa uma educação anti-racista. Outro aspecto interessante é a abordagem gramatical no livro, que se dá de modo indutivo, no qual o aluno precisa refletir a construção das regras. Cada unidade é dividida em cinco partes, “El texto en nuestras vidas”, “La lengua en su uso”, “creando”, “Recreando”, “Mis huellas de aprendizaje”. Cada uma dessas seções é sinalizada por símbolos adinkras⁴.

O livro foi publicado em 2012 na versão impressa e digital, é distribuído

³ Para maiores informações e contato com o grupo, acessar <http://www.arribapibid.blogspot.com.br>

⁴ Adinkras são símbolos comuns em algumas sociedades africanas. São utilizados em roupas, tecidos, logotipos, etc. Para mais informações e visualização dos adinkras, consultar: www.casadasafricanas.org.br/wp/adinkras/

gratuitamente para professores (as) da educação básica. É de grande relevância destacar que essa ação de produção de um material pensado a partir de leis que visam a diversidade e respeito racial, não só contribuem na formação dos alunos das escolas de ensino regular, mas também, para que os graduando em processo de formação articulem teorias e práticas. Verificando desse modo a importância da ponte escola-universidade.

Considerações finais

Neste artigo objetivou-se fazer um levantamento e reflexão de leis e estudos voltados a temas complexos como raça e etnia, e apresentar um material inovador nesse sentido, de modo a contribuir, mesmo que de forma breve, com as práticas docentes cotidianas, pensando na aula de língua estrangeira como um espaço de solo fértil para a exposição dos alunos, e de toda sua carga identitária. Possibilitando assim o trabalho da escola por um viés pluricultural e que deixe de ignorar o caráter de construção dos discursos e das identidades sociais, pois:

se a escola continua orientando o trabalho educacional por uma lógica monocultural, a implementação de mudanças torna-se inviável, já que essa perspectiva, ao lidar com padrões fixados de mérito, competência e desempenho, não valoriza as diferenças. (AZEVEDO, 2012, p. 56).

Pois é urgente a necessidade de se formar professores que entendam a linguagem como prática social:

pensar somente a língua com base em sua estrutura interna ou como espaço de comunicação esvaziado de relevância social é um desperdício educacional e político em tempos em que o gênero, a sexualidade, a raça e a etnia são continuamente politizados, discutidos e desnaturalizados. (MOITA LOPES, 2012, p. 12).

Referências

AZEVEDO, Aline. S. A sala de aula de língua estrangeira como fórum de discussão sobre as identidades de raça: compartilhando uma experiência intervencionista. In: FERREIRA, A. **identidades Sociais de Raça, Etnia, Gênero**

e Sexualidade: Práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores/as. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 51-76.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 4ª edição, 2003.

BRASIL. **Lei Federal n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.** Brasília: Mec, 2003.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Brasília. MEC-Ministério da Educação. 2008

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Área de Linguagens e Códigos e suas tecnologias. O Conhecimento em Língua Estrangeira Moderna.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Brasília: Secretaria Especial de Política de promoção de Igualdade racial/ MEC, 2005.

FERREIRA, Aparecida J. **Formação de professores raça/etnia: reflexões e sugestões de materiais de ensino em português e inglês.** Cascavel: Assoeste, 2006. p. 51-66

_____ Histórias de professores de Línguas e Experiências com racismo: uma reflexão para a formação de professores. **Espéculo.** Cascavel, n.º 43, Nov. 2009- fev. 2010, p. 67-82.

_____ (org.) **Identidades Sociais de Raça, Etnia, Gênero e Sexualidade: Práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores/as.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Sergio A. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOITA LOPES, Luis P. Linguagem e escola na construção de quem somos. In: **Identidades Sociais de Raça, Etnia, Gênero e Sexualidade: Práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores/as.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 9-12.

_____. Discurso de identidade em sala de aula de leitura: a construção da diferença. In: MOITA LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002. p. 29-55.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra**. Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.

_____. **Teorias sobre o racismo**. Estudos e pesquisas, n. 4. Niterói: 1998

_____. **Uma abordagem conceitual sobre das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: BRANDÃO, André A. P. (org.) Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: Eduff, 2004. p.17-24.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Língua Estrangeira Moderna**. Curitiba, Secretaria do Estado da Educação, 2008.

ROTH, D. M.; HENDGES, G. R. (orgs.) **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. P. 111- 149.

SILVA, Petronilha. B. G. **Africanidades brasileiras: esclarecendo significados e definindo procedimentos pedagógicos**. *Revista do Professor*. Porto Alegre, V.19, nº 73, p. 26-30, jan/mar 2003.

_____. Aprendizagem e Ensino de Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, K. (org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 155-170.

VAN DIJK, Teun A Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.